A Emigração do Distrito de Viseu para o Brasil
As principais Fontes Documentais

*Paula Marques dos Santos**

Introdução

A saída de cidadãos portugueses em direcção ao Brasil foi, ao longo do séc. XIX e da primeira metade do séc. XX, de grande importância para ambos os países, não só pelo grande número de indivíduos que fazem parte dessa diáspora europeia, mas também pelas consequências directas e a longo prazo que a sua presença teve, quer no quotidiano brasileiro ao nível económico, social e cultural, quer na própria pátria lusa, não só pelas alterações profundas ao nível demográfico, mas também no respeitante ao tecido social e económico português.

A migração de cidadãos lusos para terras brasileiras caracteriza-se antes de mais pela sua continuidade e densidade. As vagas de cidadãos portugueses que se aventuram pelo oceano não cessam com a separação política dos dois Estados nos inícios do séc. XIX, com a independência do Brasil em 1822. De facto, esse movimento migratório transatlântico caracteriza-se como um fluxo contínuo e multissecular que se inicia essencialmente depois de Tordesilhas, com os bandeirantes, e que passa após 1822 a ter contornos diferentes – de colonos, os cidadãos lusos tornam-se em emigrantes –, e o Brasil permaneceu, essencialmente até às vésperas dos anos de 1930 e da II Guerra Mundial, como o destino predominante e mais aliciante para os portugueses que decidiam sair do seu país à procura de fortuna e trabalho1.

Por aventura ou por necessidade, pelo trabalho de engajadores (agentes) ou pelo apoio prestado pelos patrícios já estabelecidos nessas paragens, a viagem para o Brasil tornou-se num escape para aquela franja da população que procurava a sorte no estrangeiro, como forma de melhorar a vida da sua família ou simplesmente de se livrar de dívidas contraídas nas suas terras, devido essencialmente às dificuldades económicas com que se deparavam por causa de maus anos agrícolas, aos quais se aliaram muitas vezes a instabilidade e crises depressivas da economia internacional.

---

* Professora Auxiliar da Universidade Lusíada do Porto e Investigadora do CEPESE

1 Após 1822, a entrada de cidadãos portugueses estima-se em cerca de dois milhões. Cf. PENA, Sérgio D. J., et al. – "Retrato Molecular do Brasil". In Ciência Hoje, n. 159. 2000, pp. 16-25.

Quer dizer, a perseverança das vagas migratórias portuguesas para o Brasil, após a separação política dos dois Estados, permite criar, reforçar e manter as afinidades luso-brasileiras, concertar redes de apoio ao trabalho e tornar operativo o conceito de arrumação dos portugueses que chegavam pela primeira vez a terras brasileiras2 . Coadjuvando a tenacidade desses indivíduos, o aperfeiçoamento dos transportes e a facilidade crescente nas comunicações, ao longo dos dois últimos séculos, será mais um factor de estímulo que não podemos esquecer para a crescente mobilidade transatlântica de indivíduos, entre Portugal e o Brasil.

Essa mobilidade portuguesa foi realizada, como referimos, e essencialmente até à eclosão da crise depressiva de 1929 e à II Guerra Mundial, em direcção a terras americanas (especialmente para territórios com uma identidade linguística comum – o Brasil), tendo apenas nas décadas mais recentes (segunda metade do séc. XX) alterado o seu direccionamento. Actualmente, devido às transformações sofridas pelo Sistema Internacional no pós Guerra (início da Guerra Fria) esses fluxos migratórios passam a incidir com maior impacto na própria Europa – em primeiro lugar, pela migração intra-europeia (mobilidade regional de cidadãos europeus para outros países da Europa ocidental), e, mais recentemente, pelas vagas que escolhem esse continente como destino preferencial (os chamados "novos emigrantes" de países extra-europeus ou de países da Europa de Leste e da ex-URSS) para a perseguição de um sonho dourado, de trabalho e níveis de vida superiores aos que conseguem nas suas pátrias.

Durante os sécs. XIX e XX, o exemplo dos brasileiros que regressavam endinheirados à terra natal, com pequenas fortunas, espevitava ainda mais a vontade dos portugueses que sonhavam em fazer fortuna e ascender na hierarquia social, situação que apenas se perspectivava possível através da emigração, devido às crises económicas, aos maus resultados agrícolas e ao consequente endividamento das classes mais pobres da sociedade portuguesa, sem capacidade de serem donos das terras que cultivavam e das quais dependiam.

Outras razões normalmente apontadas para a forte migração da camada jovem da sociedade portuguesa, nesses anos, prende-se ou com a simples fuga ao serviço militar, ou por razões políticas (geralmente eram opositores dos regimes políticos vigentes no seu país de origem) ou, então, como forma de procurar encontrar trabalho de acordo com as suas capacidades intelectuais e estudos obtidos (médicos, engenheiros, homens de letras, industriais, etc.).

Genericamente podemos ainda falar de dois tipos de migrantes, no

2 Cf. ALVES, J. F. – "Atalhos batidos – a emigração nortenha para o Brasil".

caso dos cidadãos portugueses que tinham por destino o Brasil: o primeiro tipo resume-se àqueles indivíduos que saem das suas terras e que se radicam definitivamente no Brasil, regressando apenas no fim da sua vida activa e depois de enriquecerem ou, então, nunca mais regressam à pátria amada (esquecendo a família que haviam deixado)3 . O segundo tipo de migrantes efectua uma migração cíclica (ou migração de retorno), isto é, migram de acordo com as necessidades familiares e regressam depois de quatro ou cinco anos de trabalho no estrangeiro, e depois de conseguir reunir algum pecúlio, que tinha por fim pagar dívidas anteriormente contraídas e melhorar as condições de vida dos seus familiares, que haviam permanecido em Portugal.

No respeitante ao país de destino, podemos também enunciar diversas motivações que justificam a absorção de números tão elevados de cidadãos estrangeiros. Desde a necessidade de substituir a mão-de-obra escrava nas zonas rurais e nas grandes plantações agrícolas (fixação rural – essencialmente depois de 1850 com a proibição do tráfico de escravos e, definitivamente após 1888, com a abolição do regime servil no Brasil) até às diversas profissões desenvolvidas nas zonas urbanas, desde o comércio até à indústria, passando pelas grandes obras públicas (fixação urbana – essencialmente no Rio de Janeiro e São Paulo), a mão-de-obra portuguesa foi sempre, além de numerosa, bastante apreciada em território brasileiro, pela sua qualidade e pela sua capacidade de se tornar num elemento integrador e fomentador da coesão nacional da jovem nação brasileira, ao invés de se tornar num factor de fragmentação social e económica, como acontecia face a comunidades imigrantes de outras proveniências europeias (e de outros continentes) radicadas nesse território, as quais se auto-excluíam, criando guetos sociais e económicos, onde não era permitida a miscigenação e intromissão de quaisquer influências extrínsecas.

Ao longo dos séculos XIX e XX, a comunidade lusa torna-se, então, num elemento favorável à coesão da nação brasileira, contribuindo não só pela vantagem da língua e de muitos traços culturais comuns (herança da época colonial), mas também pela existência de muitos outros factores de integração – as raízes rácicas e históricas, as inúmeras associações culturais constituídas nas diversas comunidades e Estados (para as quais são convidadas a participar activamente as autoridades brasileiras e muitos cidadãos), as diversas empresas e indústrias criadas por portugueses e mesmo pelo factor da secular miscigenação dos portugueses (colonos e, depois, imigrantes) com as populações autóctones4 , entre muitos outros exemplos.

---

3 A maioria da emigração portuguesa era composta por homens, jovens adultos e muitos deles eram já casados nas suas terras natal antes de emigrarem. Todavia, quando chegam ao Brasil, parte desses indivíduos não regressam mais à pátria e decidem constituir nova família nas novas paragens, esquecendo as suas famílias e descendentes (daí falar-se nas "viúvas de mortos vivos").

Só depois da crise económico-financeira de 1929 e da sequente crise internacional generalizada conducente à guerra mundial, as vagas migratórias para o Brasil conhecem uma forte diminuição (em número de efectivos e na sua periodicidade), situação também agravada devido à tomada de medidas extremamente nacionalistas, por parte do Brasil, pelo Governo varguista, a partir de Outubro de 1930. A crise sócio-económica que se instala no território brasileiro com a derrocada e descalabro da I República, à qual se associam as consequências nefastas da crise depressiva da economia mundial, são as causas próximas e a justificação para a aplicação de tais medidas – a defesa da empregabilidade dos nacionais brasileiros, a diminuição da tensão social no seio do país e o favorecimento da cooperação continental e regional, através da concessão de privilégios aos cidadãos naturais dos países americanos, em detrimento dos de outros continentes.

Todavia, Portugal será um caso excepcional, pois apesar dos fortes contingentes à entrada de novas vagas de migrantes no Brasil neste período histórico e político, a cooperação diplomática e política entre os dois Governos nacionais (contemporaneidade dos regimes homónimos do *Estado Novo*) promoverá a angariação e manutenção de privilégios quanto à entrada, permanência e acesso ao trabalho para os nacionais lusos, privilégios esses apenas comparáveis aos concedidos a cidadãos americanos. Apesar desses esforços, verifica-se, contudo, um efectivo decréscimo acentuado das vagas migratórias, pelas razões acima referidas (intrínsecas, derivadas das situações desfavoráveis vividas nos dois países, e extrínsecas, derivadas da forte instabilidade do próprio sistema internacional dessa altura).

O tratamento concedido à emigração pelas autoridades portuguesas

O conhecimento aprofundado e fidedigno dos principais traços característicos dessa diáspora lusa radicada no território brasileiro começa a dar agora passos importantes ao nível da investigação científica, através da sistematização dos dados estatísticos e humanos, existentes nos Arquivos oficiais portugueses e brasileiros, e que podem ser trabalhados a partir de algumas fontes documentais privilegiadas. No caso das fontes de trabalho

4 Apesar da capacidade de entrosamento das comunidades lusas com as populações autóctones, pela miscigenação e integração, devemos ter em atenção que a comunidade migrante portuguesa favorecia, em primeiro lugar, o relacionamento endogâmico, isto é, privilegiavam o casamento entre cidadãos portugueses, essencialmente quando se tratava de mulheres. Todavia, como a migração portuguesa era predominantemente masculina, a situação alternativa será a de mestiçagem e do relacionamento exogâmico. Em primeiro lugar, buscava-se casamentos de homens portugueses com brasileiras que fossem descendentes directas de portugueses (de primeira geração) e só depois a comunidade portuguesa buscava na população nacional brasileira.

existentes em Portugal, tal tarefa torna-se tanto mais complexa, devido não só ao desaparecimento e ao mau estado de muitos registos e processos individuais de cidadãos que emigraram, mas também pela inexistência de um conjunto concertado e coeso de políticas migratórias (dos Governos portugueses) que se preocupassem com a qualidade dessa migração, bem como com a sua organização e devido controlo.

De facto, durante quase dois séculos, a única preocupação das autoridades portuguesas resumia-se aos benefícios directos dos refluxos monetários que provinham dessa migração, através das remessas de divisas que eram enviadas periodicamente para as famílias residentes em Portugal. Ao longo dos sécs. XIX e XX, negligenciou-se a capacidades de depurar a vagas migratórias (de quaisquer sectores considerados como nefastos ou desnecessários), tendo a preocupação de as pautar pela qualidade e necessidade efectiva, tendo em conta o papel e a influência cultural e social que essas comunidades teriam para a projecção da nação e da cultura portuguesa no sistema internacional e, especificamente, a sua influência no relacionamento oficial entre os dois países atlânticos, arautos da lusofonia.

Face a essa ausência de uma política migratória continuada e concertada com os interesses da nação portuguesa, resta-nos, essencialmente, duas categorias de fontes privilegiadas para identificar, não só os contornos quantitativos das vagas migratórias, mas também as características dos indivíduos que resolvem participar nessas correntes humanas – as suas razões e motivações para deixarem o seu país e o seu continente, além das características da conjuntura nacional e internacional que promovem ou condicionam essa mobilidade.

Assim, temos num primeiro grupo, a documentação processual existente nos Arquivos Distritais portugueses, onde estão guardados os processos individuais de cada indivíduo e os livros de registo de passaportes, organizados nos Governos Civis de cada distrito. Através da análise dessa documentação, podemos verificar de imediato que existe uma predominância clara da saída de cidadãos do Norte de Portugal, em detrimento da parte sul do país. Num segundo grupo de fontes, para a compreensão das causas conjunturais e estruturais que moldam os movimentos migratórios, pode ser englobada a vastidão bibliográfica produzida até aos nossos dias sobre a História dos séculos XIX e XX, extremamente bem documentada ao nível da evolução histórica, económica, política, diplomática, nacional e internacional destes dois países lusófonos.

Numa fase inicial do projecto de investigação sobre a *emigração portuguesa para o Brasil*, e tendo por meta a criação de uma extensa base de

dados que possa ser disponibilizada para a busca de cidadãos portugueses e das suas raízes no Brasil e em Portugal, o nosso objectivo é conhecer quais os dados a que podemos aceder para a realização do nosso estudo. Para isso, torna-se importante uma breve caracterização de tais documentos, justificando o porquê de se tornarem na principal procedência para a realização do nosso projecto.

O Arquivo Distrital de Viseu – caracterização geral

Toda a documentação que compõe actualmente o Fundo de Arquivo do Governo Civil de Viseu sobre a emigração portuguesa regional, foi emitida e organizada pelos Serviços do Governo Civil, entidade que a partir de 1834 se torna oficialmente responsável, ao nível distrital, pela autorização e emissão dos passaportes aos cidadãos portugueses naturais e/ou residentes no respectivo distrito. As fontes que compõem esse espólio arquivístico, e que se encontram nos nossos dias no Arquivo Distrital de Viseu, são compostas essencialmente por *livros de registo* e pelos respectivos *processos individuais* de todos os cidadãos que solicitam a passagem de passaporte às autoridades locais.

Enquanto nos *processos individuais* podemos encontrar toda a documentação, reunida a pedido das autoridades públicas, sobre a situação social, pessoal e económica de cada indivíduo, através dos *livros de registo* temos acesso a uma base de dados impressa, organizada cronologicamente e elaborada ao longo dos anos pelo Governo Civil de Viseu e que contém as informações essenciais para a identificação de cada cidadão emigrante, sendo esta última tipologia de documentação sobre a qual nos debruçaremos em primeiro lugar e na qual nos basearemos para a criação de uma base de dados electrónica e de mais fácil consulta de tais informações. Além dessas duas categorias (*vide infra* Quadro n.º 1 – Relação do Fundo do Governo Civil sobre emigração), fazem ainda parte deste fundo uma *relação de indivíduos* a quem foi concedido passaporte para o estrangeiro *com licença militar* (num total de 36 documentos) e, por fim, uma relação de todos os indivíduos que solicitam o passaporte *por intermédio de agentes* (ou engajadores), num total de 26 documentos.

Esta vasta base bibliográfica não tinha tido, até à data, qualquer tipo de tratamento sistemático e completo, estando, por isso, apenas guardada nas instalações do Arquivo Distrital. Existem apenas poucos trabalhos parcelares sobre esta documentação (por exemplo, estudos específicos sobre determinadas localidades do distrito ou sobre determinados períodos temporais), o que torna a tarefa de sistematização de toda a documentação de extrema importância, ainda que complexa. A solicitação permanente, por exemplo, de acesso e

consulta desses documentos por descendentes desses cidadãos portugueses que se radicaram no estrangeiro, demonstra a importância da criação de uma base de dados, para facilitar a procura das raízes familiares desses indivíduos, além da necessidade de basear as conclusões sobre a caracterização da emigração portuguesa, ao longo dos tempos, em dados específicos e verídicos, procurando retirar dessas elações o carácter impressionista e parcamente fundamentado de algumas afirmações.

Quadro n.º 1

Relação do Fundo do Governo Civil de Viseu sobre emigração

ARQUIVO DISTRITAL DE VISEU FUNDO DO GOVERNO CIVIL		
Designação da série	Datas extremas	Unidades de instalação
Mapas do número de passaportes conferidos	1872 - 1881	1 Documento
Processos de emissão de passaportes	1956 – 1988	Cerca 185 000 processos [5]
Registo de passaportes	1854 - 1983	131 Livros
Relação de indivíduos a quem foram concedidos passaportes para o estrangeiro com licença militar	1942 - 1946	36 Documentos
Relação dos emigrantes que solicitaram passaporte por intermédio de agentes de emigração	1905 - 1912	26 Documentos

Fonte: Arquivo Distrital de Viseu.

Embora os *livros de registo* (documentação em estudo e informatização para a base de dados) tenham sofrido algumas alterações de apresentação, conteúdo e mesmo de organização, existe um conjunto de informações que se mantêm como centrais para a caracterização dos indivíduos. São elas:

- a *identificação do emigrante* – englobando o nome completo do indivíduo a quem é passado o passaporte, a sua idade, as suas principais características fisionómicas e, por vezes, o seu estado civil e profissão;
- a *filiação* – procurando indicar, sempre que possível, o nome

5 De momento, ainda não existe um levantamento exacto do número de processos de passaportes existentes, nem um tratamento específico para organização de tal documentação, ao nível cronológico ou alfabético.

completo dos pais;

- a *naturalidade* – com a indicação da freguesia e do concelho de onde o indivíduo é natural. Na ausência desta informação ou quando a naturalidade do indivíduo pertence a outro distrito do país, é indicada a sua residência da altura.
- o *destino de emigração* – indicando, no caso do destino ser o Brasil, o Estado ou porto de chegada do cidadão português;
- o *ponto de saída do país* – quando o destino era o Brasil, os locais de saída são essencialmente os portos de Lisboa e Leixões, sendo irrelevante a percentagem de cidadãos que viajam para a Galiza para daí embarcarem com destino ao Brasil (como surge nos distritos mais a norte do país, com alguma frequência);
- a *referência aos acompanhantes* – em alguns períodos, as autoridades portuguesas optam pela inserção dos acompanhantes de um determinado cidadão (por exemplo, os filhos menores) no seu próprio passaporte. Noutros momentos, existe uma opção clara pela regra de "um cidadão, um passaporte", mesmo que fossem menores e acompanhados pelos seus pais.

A série de livros de registo existentes cobre mais de cem anos, desde 1854 até 1982, existindo, no entanto, pequenos hiatos de tempos dos quais não existem quaisquer assentos de registo, devido ao desaparecimento dos livros correspondentes, nomeadamente de 28/07/1899 até 04/07/1900; de 31/10/1905 até 09/01/1914; de 21/12/1919 até 03/01/1922; de 13/04/1924 até 01/11/1927; de 31/12/1947 até 02/07/1949; de 21/06/1967 até 02/03/1968; e, finalmente, de 31/01/1970 até 30/12/1970.

Estas lacunas conduzirão, posteriormente a uma investigação, mediante os processos individuais dos emigrantes ou, então, através dos registos existentes nos Arquivos brasileiros, referentes ao controlo efectuado pelas autoridades das chegadas ao território nacional (como, por exemplo, os livros de controlo da chegada de navios ou os registo de mobilidade dos estrangeiros, dentro do território brasileiro). Através desta última categoria de fontes torna-se ainda possível identificar aqueles indivíduos que, não estando munidos pela documentação oficial, autorizada e emitida pelas autoridades portuguesas, tenham viajado clandestinos para o Brasil, na esperança de conseguirem um trabalho que lhes permitisse uma autorização para a sua permanência nesse país.

O distrito de Viseu, região do centro norte de Portugal, situada no coração do país, entre as terras litorais de Aveiro e as zonas montanhosas do

Caramulo, Montemuro, da Estrela e do distrito da Guarda que fazem fronteira com o outro país ibérico – a Espanha – caracterizou-se, nos últimos séculos, como uma zona economicamente ligada ao cultivo da terra, a actividades agro-pecuárias, ao comércio e ao sector dos serviços. Estando a "meio caminho" entre o litoral e o interior do país e com a Espanha, e dotada de boas vias de comunicação, a região de Viseu cedo se torna numa passagem obrigatória e privilegiada das rotas comerciais internas, situação que favorece o desenvolvimento da capital do distrito e de diversas pequenas cidades e concelhos em seu redor. No entanto, quer pela sua posição geográfica, quer pelas suas características socioeconómicas, o distrito de Viseu difere de distritos situados no litoral de Portugal, essencialmente do distrito do Porto, no qual as vagas migratórias tinham uma maior expressão e onde muitos cidadãos portugueses (e alguns estrangeiros, como é o caso dos galegos) se radicam temporariamente, enquanto aguardam a autorização para emigrar (obtenção do passaporte) para o estrangeiro. Tirando alguns casos excepcionais, os indivíduos que obtêm o passaporte através do Governo Civil de Viseu são maioritariamente naturais desse distrito e terão de se dirigir a um porto costeiro para poder embarcar para o Brasil.

Dadas as condicionantes regionais, e também devido às carências das populações mais pobres, a maioria dos cidadãos que engrossam as fileiras migratórias destinadas ao Brasil provém das classes sociais mais pobres, quer de origem rural, quer do tecido urbano do distrito, embora exista uma percentagem de indivíduos abastados e/ou com estudos superiores que também participem nesses movimentos de mobilidade transatlântica, emigrando por razões distintas da tipologia acima referida (viagens cíclicas de negócios e/ou de descanso, procura de empregos qualificados de acordo com as suas habilitações, entre outras motivações).

Study-case – a emigração portuguesa do distrito de Viseu nos inícios da década de 1930

Em termos meramente exemplificativos, apresentamos um estudo inicial sobre o total de cidadãos do distrito de Viseu, emigrados para o Brasil, desde 26/09/1929 até 30/04/1933, ou seja, período correspondente ao fim da I República no Brasil e à implantação gradual, após a Revolução de Outubro de 1930, do processo conducente à primeira era varguista (*Estado Novo*), no Brasil, e ao nascimento simultâneo do Estado Novo, liderado por António de Oliveira Salazar, no caso de Portugal, com caracteres autoritários e ditatoriais. O universo de registos de passaportes deste período corresponde a um total de 4 322 registos, com destino ao Brasil. Este total corresponde a cerca de

90% da totalidade de indivíduos do distrito de Viseu que emigram neste período. Os restantes 10% repartem-se por diversos destinos intra e extra-europeus, nomeadamente pela França, a Bélgica, a Argentina, os EUA e alguns países africanos (destes destinos é a França que, já na altura, absorve a maioria dos emigrantes portugueses deste distrito).

As principais dificuldades que encontrámos no tratamento estatístico das fontes acedidas deste período consistem, em primeiro lugar, na ausência, em muitos casos, de informações, ou então aqueles dados que nos são fornecidos encontram-se incompletos. Por exemplo, em grande parte dos registos não existe referência à idade ou à filiação do indivíduo a quem é concedido o passaporte, o que dificulta o tratamento posterior desses dados em gráficos genéricos de interpretação.

Mas, de todas as informações que deveriam constar sempre do registo, a especificação do estado civil e o da profissão são os dados que com maior frequência são "esquecidos" nessa documentação. A indicação da profissão é de facto inexistente em todos os registos deste período. Quanto à indicação do estado civil, ela deixa de ser incluída especialmente a partir de 1931. Durante os anos de 1929 e 1930, encontramos esse dado referido imediatamente depois do nome do indivíduo, mas tal situação passa a ser esporádica nos registos a partir dessa data. Esta situação pode ser justificada pela inexistência de um campo específico e obrigatório para a inclusão desse dado, o que leva a que seja negligenciado na maioria dos casos.

Um segundo obstáculo encontrado nesta primeira fase da nossa pesquisa estatística, resulta da dificuldade em estabelecer os graus de parentesco existentes entre muitos dos emigrantes portugueses. Sendo, na sua generalidade, registos sucessivos, quando se trata de familiares, não existe qualquer referência ao parentesco entre descendentes e ascendentes e, embora, em muitos casos, seja possível, dedutivamente, estabelecer esse mesmo parentesco, existem outras situações onde nos resta apenas suspeitar de eventuais relações, não podendo por isso, fazer referência clara a essa situação na base de dados.

Em termos gerais, e de acordo com o conhecimento histórico que temos sobre o relacionamento Portugal-Brasil e sobre a evolução das relações internacionais, podemos caracterizar este período temporal como uma fase de charneira entre dois momentos distintos na emigração portuguesa com destino ao Brasil, ou seja, durante os anos de 1929 e 1930 assistimos a uma transformação quantitativa e qualitativa das vagas migratórias destinadas ao território brasileiro que, embora seja confrontado com a concorrência crescente

de outros destinos de acolhimento (essencialmente intra-europeus), permanece, durante a primeira metade do séc. XX, como o destino mais apetecível e predominante na emigração lusa, especificamente do distrito de Viseu.

Tal transformação deve-se, em primeiro lugar, às próprias transformações sofridas pelo sistema internacional no pós I Guerra Mundial, onde o idealismo utópico do desenvolvimento e crescimento sustentado de todos os Estados (potências ou Estados periféricos), de forma pacífica, solidária e concertada, se desvanece com a instabilidade política e a crise económica depressiva que se instala nos últimos anos de 1920, tendo o seu momento exponencial no crash da Bolsa de Nova Iorque. As décadas de 1920 e 1930 não conhecerão uma situação de paz *de facto* e efectiva, conduzindo a uma escalada de instabilidade e da emergência de diversos factores revanchistas e/ou hegemónicos que conduzirão inevitavelmente a um novo conflito mundial, deveras grave e prejudicial para o desenvolvimento da maioria dos países do mundo.

Como segundo factor, podemos apontar os resultados imediatos que a crise generalizada das diversas economias nacionais e da economia mundial terão no ambiente doméstico dos Estados brasileiro e português, isto é, a crise mundial repercute-se não só nos resultados obtidos pelas suas economias, mas também nas próprias sociedades nacionais e regimes vigentes, conduzindo a uma instabilidade endémica e ao desejo de uma reformulação das bases político-sociais que regiam a vivência em sociedade, perante a falência dos regimes de governo estabelecidos no dealbar do séc. XX. A reformulação da sociedade interna conduz, obrigatoriamente, à necessidade de repensar as próprias estruturas sociais e migratórias, especialmente no Brasil, dado ser nessa altura um país de acolhimento privilegiado, mas que se vê confrontado com dificuldades crescentes a diversos níveis.

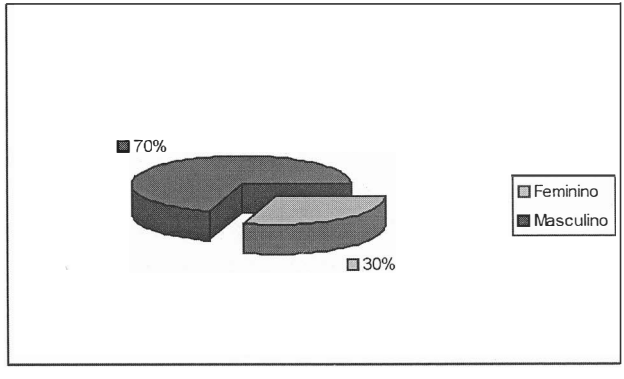
A forte contenção que passa, por isso e durante todo o período varguista, a reger as directivas migratórias brasileiras (entrada e permanência de estrangeiros) é completada pela nacionalização do trabalho, situação que obriga a uma redução clara no número de estrangeiros residentes no país e a uma limitação apertada da entrada de novas vagas (que contribuiriam para o recrudescimento da instabilidade social e da crise económica interna brasileira).

Tal legislação terá efeitos imediatos no número de portugueses que solicitam o passaporte para emigrar para o Brasil. O número de emigrantes com esse destino reduz-se efectiva e drasticamente, situação que promoverá progressivamente a viragem dos movimentos migratórios portugueses e europeus para outros destinos e continentes (e mesmo para o crescimento dos

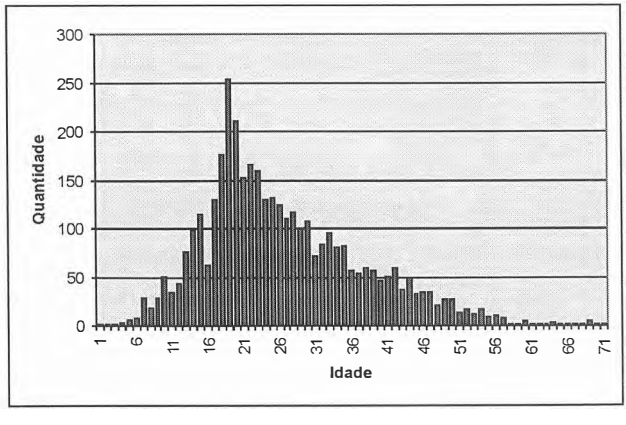
movimentos migratórios dentro da própria Europa).

Apesar dessa redução em termos de efectivos, a emigração portuguesa para o Brasil mantém-se activa e continua predominantemente a ser efectuada por indivíduos jovens, do sexo masculino, sendo também muitos desses indivíduos solteiros (*vide infra* Quadros n.º 2, 3 e 4). Embora existam núcleos familiares que viajam em conjunto (geralmente os filhos e a mulher viajam depois do marido se ter estabelecido em território brasileiro e, geralmente, conseguem a autorização para emigrar por intermédio do mecanismo da *carta de chamada*), a maior percentagem da emigração do distrito de Viseu resulta, assim, do êxodo de homens (jovens e adultos, especificamente entre os 15 e os 30 anos de idade), que saem do seu país impelidos, essencialmente, por motivos profissionais e económicos (para pagamento de dívidas ou em busca da fortuna).

Quadro n.º 2
Divisão de emigrantes por sexo

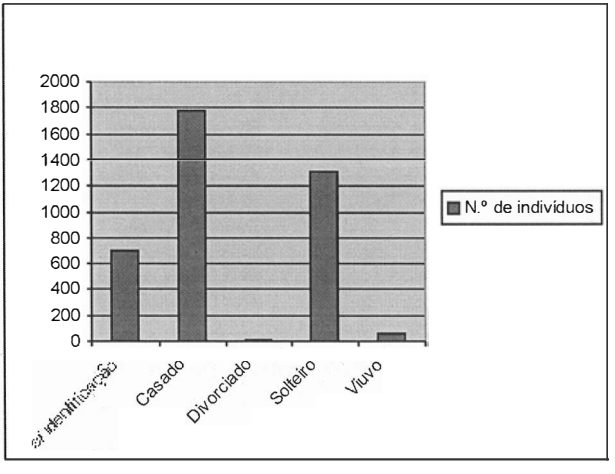


Quadro n.º 3
Distribuição etária



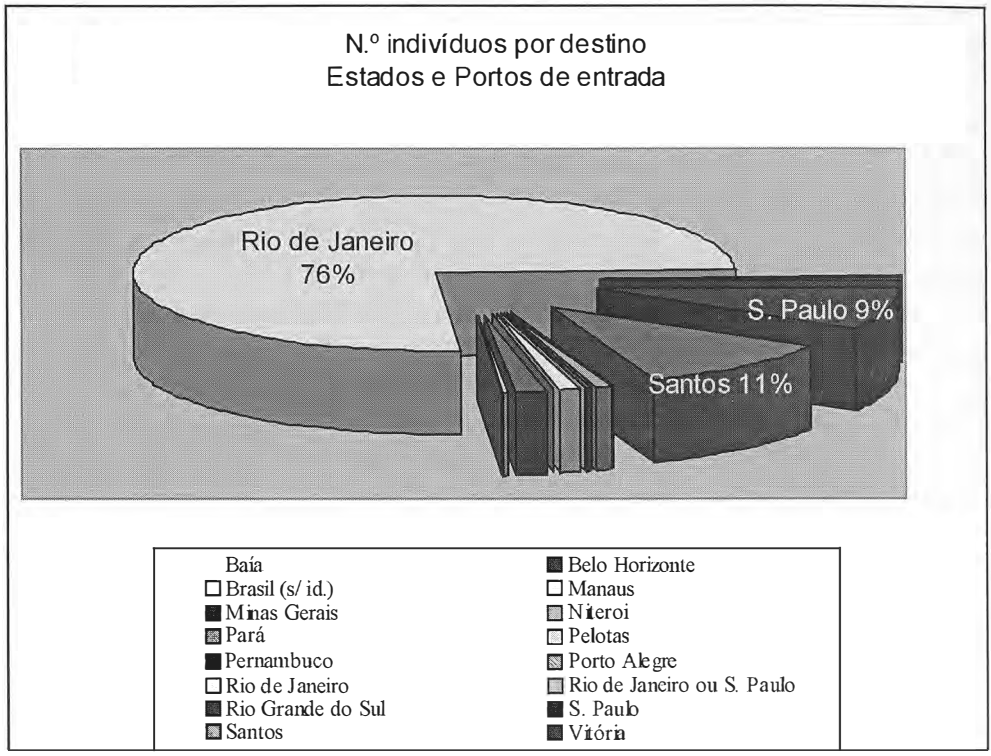
Existe, paralelamente, uma grande percentagem de indivíduos solteiros, os quais contribuirão para a permanência do carácter de miscigenação entre as duas comunidades e as duas culturas. Embora, à primeira vista (Quadro n.º 4), haja uma predominância de indivíduos migrantes já casados, a caracterização geral da emigração portuguesa leva-nos a crer que a percentagem de registos nos quais não existe qualquer referência quanto ao seu estado civil, se refira essencialmente a cidadãos solteiros, situação que elevaria consideravelmente a coluna de indivíduos solteiros. A confirmação desses dados será feita posteriormente, através do acesso aos registos individuais desses cidadãos.

Quadro n.º 4
Estado Civil dos emigrantes



No que se refere ao destino brasileiro, podemos ainda concluir que as principais entradas e Estados brasileiros para onde se dirigem os cidadãos portugueses, quando partem da sua pátria, são essencialmente o Rio de Janeiro e S. Paulo (que totalizam, em conjunto, 3 634 cidadãos), embora exista uma percentagem significativa para outros Estados, como por exemplo, os de Manaus, Pará e Baía. No entanto, não podemos afirmar que todos esses indivíduos se tenham efectivamente radicado nesses Estados, por onde entram em território brasileiro. Apesar de uma grande concentração de comunidades portuguesas nos centros urbanos costeiros (onde desenvolvem actividades ligadas com todos os sectores económicos), cremos que parte desse total se tenha depois dirigido para outros Estados do interior brasileiro, mais especificamente para as grandes plantações e fazendas agrícolas.

Quadro n.º 5
Estados brasileiros e destinos de acolhimento



Ao nível português, assistimos, simultaneamente, a uma transformação radical da paisagem demográfica do distrito de Viseu, com um acentuado envelhecimento da população e a uma redução drástica da mão-de-obra disponível, devido ao êxodo de jovens e jovens adultos para o estrangeiro (e, como já referimos, essencialmente para o Brasil).

Em suma, perante o panorama conjuntural dos inícios da década de 1930, a emigração portuguesa para o Brasil, do distrito de Viseu, embora reduzindo-se drasticamente ao nível do número de participantes efectivos, permanece uma emigração contínua, de indivíduos essencialmente jovens, que possam ajudar na construção e coesão da nação brasileira, direccionando-se essencialmente, ou às grandes plantações agrícolas, ou às actividades desenvolvidas, com maior incidência, nos grandes centros urbanos (comércio, indústria e serviços). Esta pequena amostra estatística que apresentámos comprova que, mesmo apesar de a legislação brasileira deste período ser de pendor nacionalista e claramente privilegiadora dos cidadãos nacionais (e também americanos, devido ao pendor pan-americanista do regime varguista), a reconhecida qualidade da imigração/comunidade portuguesa no Brasil e o

bom relacionamento político-diplomático entre os dois Estados promoverão situações de excepção que permitem a perenidade dos movimentos de mobilidade entre as duas margens lusófonas do Atlântico e da sua importância para a compreensão das duas realidades nacionais.

Fontes e Bibliografia

ÍNDICE de documentação referente à emigração portuguesa, existente no Arquivo Distrital de Viseu

LIVROS de Registo de Passaporte, 1929-1933. Arquivo Distrital de Viseu

ALVES, Jorge – "Atalhos batidos – a emigração nortenha para o Brasil". *In Revista Brasileira de História*, vol. 23, n. 45. São Paulo, 2003

_____ – *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto Oitocentista*. Porto, 1994

BAGANHA, M. I. – "Uma imagem desfocada: a emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração", in *Análise Social*, vol. XXVI (112-113), 1991

FLORENTINO, M.; MACHADO, C. – *Ensaio sobre a imigração portuguesa e os padrões de miscigenação no Brasil (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Univ. Fed. do Rio de Janeiro, PSR, 2002, pp. 58-84

LOBO, Eulália M. L. – *Migração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2001

SERRÃO, Joel – *A emigração portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977